

ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

PROAD 2179/2024

Data e horário: 3 de jul. de 2026 11:00 BRT

Local: Telepresencial





ATA DE REUNIÃO

NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

PARTICIPANTES			
PORTARIA GP.TRT4 Nº 289, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026			
NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Janney Camargo Bina	Desembargador Coordenador	☒	☐
Ana Luiza Barros de Oliveira	Magistrada	☒	☐
Anne Schwanz Sparremberger	Magistrada	☒	☐
Cristina Bastiani	Magistrada	☐	☒
Gilberto Destro	Magistrado	☒	☐
Laura Antunes de Souza	Magistrada	☒	☐
Marcelo Caon Pereira	Magistrado	☒	☐
Marcelo Papaléo de Souza	Magistrado	☐	☒
Patrícia Dornelles Peressutti	Magistrada	☐	☒
Paulo Roberto Dornelles Junior	Magistrado	☒	☐

Unidade de apoio executivo: Divisão de Pesquisa Patrimonial

Secretário: Elton Luiz Decker, Assistente-Chefe.

PAUTA

1. Relatório bimestral de Atividades da DPP (mai/jun)
2. Cursos
3. Convênios
4. Informativo Radar
5. Semana da Execução





ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

A reunião foi conduzida pelo Desembargador Janney Camargo Bina, coordenador do Núcleo de Pesquisa Patrimonial e secretariada pelo servidor Elton Luiz Decker. Além do coordenador do NPP, estiveram presentes na reunião os magistrados Ana Luiza Barros de Oliveira, Anne Schwanz Sparremberger, Gilberto Destro, Laura Antunes de Souza, Marcelo Caon Pereira e Paulo Roberto Dornelles Junior. Justificaram sua ausência as magistradas Cristina Bastiani, Patrícia Dornelles Peressutti e o magistrado Marcelo Papaléo de Souza. No primeiro ponto de pauta, foi apresentado o **Relatório de atividades da Divisão de Pesquisa Patrimonial (1)** referente ao bimestre de maio e junho de 2026. A ferramenta automatizada **PEPE** alcançou a marca histórica de 13.300 solicitações desde 2021, com 12.203 entregas realizadas. No atual período, houve uma redução pontual na média de produtividade devido à substituição de estação de trabalho e instabilidades na VPN junto à PROCERGS. Simultaneamente, a DPP trabalha na transição para o **SIPEP**, que já opera com APIs do CENSEC, INFOCONV e SISBAJUD, e está em fase final de contratação junto ao SERPRO para integrar dados da DOI, ITR e CAFIR, o que permitirá uma investigação relacional e automatizada de imóveis rurais e urbanos. No bimestre, foram conduzidas 4 pesquisas avançadas, sendo que duas envolvem o afastamento de sigilo bancário, aguardando-se o retorno das instituições financeiras e cartórios. A unidade também atuou em pesquisas no INFOSEG (8 ocorrências), GID/DETRAN, SISBAJUD e RENAJUD, além de prestar auxílio técnico às unidades judiciárias em casos de instabilidade sistêmica. Destaca-se, ainda, a atuação na busca de bens desembaraçados e na identificação de co-responsáveis pela execução, inclusive no exterior. Uma inovação relevante foi a implementação do **Informativo RADAR**, focado em empresas com distribuição anômala de processos. A DPP utilizou nova metodologia de extração e tratamento





ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

de dados via programação em Python e Inteligência Artificial para processar informações e gerar relatórios sigilosos sobre o devedor principal e seus relacionamentos. Além disso, a unidade produziu relatório técnico sobre a ferramenta SNIPER para subsidiar o desenvolvimento do SIPEP pela SETIC. Foi disponibilizado o acesso ao **RENAGRO** (maquinário agrícola) e estão em andamento tratativas para convênios com operadoras de telefonia (TIM e VIVO). A DPP foi informada pela Corregedoria que o acesso ao convênio INFOSEG, que reúne dados da Receita Federal, embarcações e composição societária será disponibilizado aos Oficiais de Justiça, alcançando as unidades judiciárias. A DPP, no mês de junho, realizou participação no Encontro de Diretores de Secretaria, tratando do tema da investigação patrimonial e boas práticas em execução. Também participou de palestra esclarecendo o funcionamento da Divisão de Hastas. Além disso, em conjunto com a Escola Judicial, estruturou um itinerário de formação em investigação patrimonial para magistrados e servidores, que se inicia com 3 cursos telepresenciais no segundo semestre de 2026. Os temas abordam a integração de ferramentas na desconstrução da blindagem financeira e boas práticas de execução. Também está em desenvolvimento um novo layout para o repositório de minutas e manuais de pesquisa no portal VOX. Após o relato, o NPP passou a apreciar os pontos de pauta, iniciando com o tema dos **cursos (2)**, recomendando a ampla divulgação do itinerário de formação e, também, que se busque com a Escola Judicial avaliar a possibilidade de alocar espaço no Encontro de Gestores, previsto para se realizar em agosto, de temas ligados à execução efetiva e pesquisa patrimonial. O terceiro assunto, que trata dos **Convênios (3)**, foi destacada a necessidade de produzir divulgação no Portal Vox dos novos convênios e suas funcionalidades. Também foi acolhida sugestão colhida no Encontro de Diretores de Secretaria, de gestionar junto à Corregedoria a ampliação do acesso do convênio INFOSEG a cada unidade judiciária, a exemplo do que já ocorre em outros tribunais. No que tange ao **Informativo Radar (4)**, foi explicado que sua função é subsidiar os magistrados e servidores com informações sobre bens e relacionamentos de eventual empresa que tenha distribuição anômala de processos ainda em momento onde seja possível, de





ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

acordo com as circunstâncias, a adoção de medidas acautelatórias eventualmente suscitadas pelos empregados. Também foi destacado que o documento é sigiloso, com informações sensíveis e que, por este motivo, há necessidade de identificação prévia do usuário para possibilitar acesso aos dados nele sistematizados. No item relativo à **Semana da Execução (5)**, foi encaminhado e deliberado que a Divisão de Pesquisa Patrimonial aproveite os materiais disponíveis no Manual de Pesquisa Patrimonial, Orientações Jurisprudenciais da SEEX e no Repositório do Grupo de Estudos Aspectos Práticos de Pesquisa Patrimonial e produza uma atualização destas informações no Portal Vox, onde o público interno do TRT4 possa ter informações úteis sobre os diferentes convênios de investigação patrimonial, boas práticas em execução, modelos de ofícios e de diligências e um banco de minutas de despachos visando alcançar uma execução mais efetiva. Nada mais sendo tratado, a reunião foi encerrada às 15h07min.

ENCAMINHAMENTOS			
Tarefa	Responsável	Prazo	Observações
Divulgar os cursos promovidos no itinerário de formação em investigação patrimonial e execução trabalhista	DPP	15/08	
Gestionar junto à Escola Judicial espaço para a DPP no Encontro de Gestores	JAÉ	17/07	
Gestionar junto à Corregedoria ampliação do acesso ao convênio INFOSEG para cada unidade judiciária	DPP	24/07	
Divulgar novos convênios e suas funcionalidades	DPP	24/07	
Produzir atualização da Página da DPP no Portal Vox	DPP	30/08	

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes.

